

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO (CTL) DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2025**

Data: 06/03/2025

Horário: 09h30min às 16h30min

Local: FECAM

**I - PARTICIPANTES:**

**ANAMMA** – Mayara Pereira Silva  
**ABES** – Patrice Barzan  
**CASAN** – Ausente  
**CIMVI** – Sandra Batista e Rafael Paludo  
**CREA/SC** – Fernanda Maria F. Vanhoni  
**CRQ-XIII** – Odilon G. Amado Júnior  
**EPAGRI** – Guilherme Xavier de Miranda  
**FACISC** – Leticia Lunardi (Secretária relatora)  
**FECAM** – Schirlene Chegatti (Presidente)  
**FIESC** – Luís Henrique C. da Silva  
**FLORAM** – Ausente  
**IMA** – Fabio Castagna  
**OAB** – Ausente  
**SEMAE** – Gabriela Brasil

**Convidados:**

**IMA** – Mariane Murakami  
**CODEPLAN** – Elisangela de Lima

**II – ABERTURA E PAUTA DE REUNIÃO:**

Às 09h30min do dia 06 de março de 2025, presencialmente e conforme local acima indicado na convocação, reuniu-se a Câmara Técnica de Licenciamento (CTL), do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, com a presença dos membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil supracitados. Instalados os trabalhos, a Presidente Schirlene Chegatti, iniciou a reunião pelo item 1.

Abaixo segue a pauta e link contendo os arquivos prévios correspondentes aos assuntos pautados:  
Link dos arquivos:

[https://drive.google.com/drive/folders/1Nzh9p1SENWs2hoy9GEYKzaaFW1463meZ?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1Nzh9p1SENWs2hoy9GEYKzaaFW1463meZ?usp=drive_link)

**1. Leitura e aprovação da ata anterior (06/02/2025):**

**Encaminhamento:** Aprovada por unanimidade a ata da reunião de 06/02/2025.

**2. Discussão acerca do Processo IMA 00038527/2024 onde o IMA solicita esclarecimentos sobre quais tipos de estruturas deverão ser licenciadas pelo código 47.82.03, complementarmente ao Processo IMA 00038545/2024.**

Manifestação em relação a atividade 47.82.03 – Aeródromo no rol das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.

Na nova Resolução Consema nº 250/2024, houve inclusão no seu Anexo VI da seguinte atividade:

47	47.82.03 - Aeródromo
48	Pot. poluidor/degradador: Ar: M Água: P solo: P geral: M
49	Porte Pequeno: AU(3) ≤ 10 (RAP)
50	Porte Médio: 10 < A(3) < 50 (RAP)
51	Porte Grande: AU(3) ≥ 50 (EAS)
52	
53	Conforme a definição dada no art. 2º inciso I da própria Resolução nº 250/2024, considerando também o
54	previsto na Lei Federal nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), passaram a ser licenciados
55	aeródromos do tipo helipontos, heliportos e pistas para veículos aéreos não tripulados (VANT). No
56	passado, a atividade de aeródromos já constou na listagem estadual de empreendimentos sujeitos ao
57	licenciamento segundo a Resolução Consema nº 13/2012 pelo código 47.82.01 – Aeródromos, exceto
58	helipontos e heliportos. Contudo, a descrição da atividade foi alterada posteriormente pela Resolução
59	Consema nº 93/2016 para 47.82.01 – Aeroportos. Logo, o Consema já teve entendimento no passado que
60	era desnecessário o licenciamento ambiental não somente dos helipontos e heliportos, mas também dos
61	aeródromos não destinados ao transporte de cargas e passageiros. De fato, nota-se que há previsão na
62	Resolução Conama nº 237/1997 de licenciamento ambiental somente para aeroportos. De modo similar,
63	na Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) somente aeroportos são considerados
64	como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.
65	Outra consequência da inclusão do licenciamento para aeródromos do modo disposto na Resolução
66	Consema nº 250/2024 será a necessidade de regularização de muitos empreendimentos privados
67	(prédios, fazendas e condomínios) e públicos (federais, estaduais e municipais).
68	Desta forma não está claro a que tipo de estrutura a atividade 47.82.03 - Aeródromo se refere,
69	necessitando uma maior clareza na descrição da atividade e sua definição.
70	
71	<b>Proposta:</b> <u>Com base no exposto, solicita-se que seja esclarecido quais tipos de estruturas deverão ser</u>
72	<u>licenciadas pelo código 47.82.03 - Aeródromo.</u>
73	
74	Assunto tratado em ATA de 15/04/24, com definição estabelecida na Resolução CONSEMA nº 250/2024:
75	
76	<i>I - Aeródromo: É aquele onde seu operador suporta operações aéreas em seu próprio benefício ou com sua</i>
77	<i>permissão, vedadas operações de transporte regular de passageiro ou carga nos moldes da Agência</i>
78	<i>Nacional de Aviação Civil. Para fins de aplicação desta resolução consideram-se aeródromos, entre outros:</i>
79	<i>a) Fazenda ou sociedade empresária que possui aeródromo para servir de base relacionada à aviação</i>
80	<i>agrícola ou para realização de serviços de pulverização de pesticidas, para seu acesso às dependências de</i>
81	<i>sua propriedade e permite que terceiros também o utilize com o mesmo propósito;</i>
82	<i>b) Órgão público ou concessionária que necessita acessar localidades remotas e possui aeródromo para</i>
83	<i>realizar tal acesso por sua equipe no cumprimento de suas funções;</i>
84	<i>c) Sociedade empresária para acessar essas localidades exclusivamente por seus funcionários e</i>
85	<i>terceirizados, para facilitar o transporte logístico de seus produtos ou para realização de atividade</i>
86	<i>aerodesportiva, voo panorâmico ou lançamento de paraquedistas, permitindo seu uso por terceiro para</i>
87	<i>instalação de oficina de</i>
88	<i>manutenção de aeronaves;</i>
89	<i>d) Condomínio de alto padrão que possui aeródromo para uso exclusivo de seus moradores;</i>
90	<i>e) Operador de aeródromo que tem o aeródromo para sua utilização, dentre as quais por meio de</i>
91	<i>contratação de táxi-aéreo.</i>
92	
93	Atualmente, as estruturas serão licenciadas conforme a definição de Aeródromo, contida no Art. 2º, Inc. I,
94	na Resolução CONSEMA nº250/2024.
95	No entanto, foi verificado que conforme ANAC aeródromos também podem ser considerados helipontos.
96	<b>Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) - O que são aeródromos civis e quais as suas variações</b>
97	<i>Aeródromo é toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves. Quando utilizados</i>
98	<i>exclusivamente por helicópteros, são denominados Helipontos.</i>
99	
100	Dessa maneira, entendeu-se a necessidade de alteração do código de Aeródromo, conforme abaixo:

101	
102	<b>Lê-se atualmente:</b>
103	47.82.03 - Aeródromo
104	Pot. poluidor/degradador: Ar: M Água: P solo: P geral: M
105	Porte Pequeno: AU(3) ≤ 10 (RAP)
106	Porte Médio: 10 < A(3) < 50 (RAP)
107	Porte Grande: AU(3) ≥ 50 (EAS)
108	
109	<b>Altera-se para:</b>
110	47.82.03 - Aeródromo, exceto os helipontos, os heliportos e as áreas para veículos aéreos não tripulados
111	(VANT)
112	Pot. poluidor/degradador: Ar: M Água: P solo: P geral: M
113	Porte Pequeno: AU(3) ≤ 10 (RAP)
114	Porte Médio: 10 < A(3) < 50 (RAP)
115	Porte Grande: AU(3) ≥ 50 (EAS)
116	
117	<b>Encaminhamento:</b> Após discussão, os membros da CTL entendem pela alteração do código com a
118	definição “Aeródromo, exceto helipontos, heliportos e áreas para veículos aéreos não tripulados (VANT)”.
119	
120	3. Discussão acerca do Processo IMA 00038545/2024 ref. ao Art. 2º da Resolução CONSEMA nº 250/2024:
121	
122	3.1. Discussão acerca da redação do inciso VI, Art. 2º da Resolução CONSEMA nº 250/2024
123	
124	Área de Intervenção (AI): área diretamente afetada da atividade ou empreendimento, necessária para a
125	sua construção, instalação, operação e, quando couber, ampliação ou desativação (incluindo estruturas de
126	apoio e vias de acesso privativo, bem como todas as demais operações unitárias associadas à
127	infraestrutura do projeto, do empreendimento ou da atividade).
128	
129	<b>Nova proposição de redação encaminhada pelo IMA:</b>
130	
131	Área Diretamente Afetada (ADA): área de intervenção direta da atividade ou do empreendimento,
132	necessária para a sua construção, instalação, operação e, quando couber, ampliação e desativação.
133	
134	<b>Discussão:</b> Os membros da CTL entendem pela alteração da definição de “Área de Intervenção (AI)” para
135	“Área Diretamente Afetada (ADA)” a fim de compatibilizar com a legislação vigente e demais órgãos
136	ambientais, alterando, portanto, o inciso VI, Art. 2º da Resolução CONSEMA nº 250/2024 conforme segue:
137	
138	<b>Altera-se para:</b>
139	
140	Área Diretamente Afetada (ADA): área de intervenção direta da atividade ou do empreendimento,
141	necessária para a sua construção, instalação, operação e, quando couber, ampliação ou desativação
142	(incluindo estruturas de apoio e vias de acesso privativo, bem como todas as demais operações unitárias
143	associadas à infraestrutura do projeto, do empreendimento ou da atividade).
144	
145	<b>Encaminhamento:</b> Em discussão pelos membros, foi aprovado por unanimidade a alteração da definição
146	de “Área de Intervenção (AI)” para “Área Diretamente Afetada (ADA)” na próxima revisão da Resolução
147	CONSEMA nº 250/2024.
148	
149	3.2. Discussão acerca da redação do inciso IX, Art. 2º da Resolução CONSEMA nº 250/2024
150	
151	<b>Lê-se atualmente:</b>
152	
153	Área Inundada (AIN): é a área inundada pelo reservatório, determinada pelo barramento com delimitação
154	pelo nível d'água máximo projetado. deve ser expressa em hectare (ha);

155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208

**Nova proposição de redação encaminhada pelo IMA:**

Área Inundada (AIN): é a extensão superficial total ocupada pelo reservatório artificial, incluindo o leito original do curso d'água delimitada pelo nível d'água operacional máximo previsto no projeto do empreendimento . Deve ser expressa em hectare (ha);”

**Encaminhamento:** Considerando que área não se equipara ao conceito de extensão, que se enquadra como conceito de comprimento ou perímetro do reservatório, os membros da CTL entendem que deve ser mantida a redação atual.

3.3. Discussão acerca da redação do inciso XI, Art. 2º da Resolução CONSEMA nº 250/2024.

**Lê-se atualmente:**

Atividade Inerente: atividade exercida pelo empreendimento e considerada como uma etapa essencial, abrangida no licenciamento ambiental.

**Nova proposição de redação encaminhada pelo IMA:**

Atividade inerente: atividade licenciável exercida dentro do empreendimento, a qual faz parte do processo típico da atividade alvo do pedido de licenciamento, não sendo, contudo, enquadrada como atividade licenciável.

**Encaminhamento:** Após discussão, os membros da CTL entendem que deve ser mantida a redação atual.

3.4. Discussão acerca da redação do inciso XVII, Art. 2º da Resolução CONSEMA nº 250/2024:

**Lê-se atualmente:**

Barragem de Elevação de Nível ou Estrutura Hidráulica de Elevação de Nível: Estrutura hidráulica instalada transversalmente a um talvegue, objetivando a elevação do nível de água a uma cota pré-determinada, tendo como principal finalidade a garantia de níveis mínimos de água para as estruturas de captação e derivação de águas instaladas a montante.

**Nova proposição de redação encaminhada pelo IMA:**

Barragem de Elevação de Nível ou Estrutura Hidráulica de Elevação de Nível: Estrutura hidráulica instalada transversalmente a um talvegue, objetivando a elevação do nível de água a uma cota pré-determinada, tendo como principal finalidade a garantia de níveis mínimos de água para as estruturas de captação e derivação de águas instaladas a montante, sem alterar a vazão a jusante.

**Encaminhamento:** Após discussão, os membros da CTL entendem que deve ser mantida a redação atual visto que as condições de vazão são analisadas nos processos de outorga no respectivo órgão competente.

3.5. Discussão acerca da redação do inciso LI, Art. 2º da Resolução CONSEMA nº 250/2024:

**Lê-se atualmente:**

209 Sistema de Disposição Oceânica: sistema provido de instalações para o tratamento, transporte e  
210 disposição por meio de difusores, destinado ao lançamento de esgotos tratados no mar, dentro da linha  
211 de base definida pela Marinha.  
212

213 **Nova proposição de redação encaminhada pelo IMA:**

214  
215 Sistema de Disposição Oceânica: sistema provido de instalações para o tratamento, transporte e  
216 disposição por meio de difusores, destinado ao lançamento de esgotos tratados no mar, dentro da linha  
217 de base reta definida para o Estado de Santa Catarina conforme Decreto Federal no 8.400/2015.  
218

219 Após discussão, os membros da CTL entendem pela alteração da redação do do inciso LI, Art. 2º da  
220 Resolução CONSEMA nº 250/2024, para adequação da redação à legislação aplicável vigente.  
221

222 **Altera-se para:**

223  
224 Sistema de Disposição Oceânica: sistema provido de instalações para o tratamento, transporte e  
225 disposição por meio de difusores, destinado ao lançamento de esgotos tratados no mar, dentro da linha  
226 de base reta, conforme Decreto Federal no 8.400/2015 e sucedâneos.  
227

228 **Encaminhamento:** Em discussão pelos membros, foi aprovado por unanimidade a alteração da definição  
229 de Sistema de Disposição Oceânica na próxima revisão da Resolução CONSEMA nº 250/2024.  
230

231 3.6. Discussão acerca da inclusão da definição da Licença Ambiental Prévia - LAP com dispensa de Licença  
232 Ambiental de Instalação - LAI no Art. 2º da Resolução CONSEMA nº 250/2024:  
233

234 Sugestão encaminhada pelo IMA:  
235

236 *Sugere-se a seguinte definição com base nas definições da Resolução Conama no 237/1997 e Decreto*  
237 *Federal no 99.274/1990: licença que simultaneamente aprova a viabilidade ambiental e autoriza o início*  
238 *da implantação do empreendimento ou atividade conforme estudo ambiental e projetos aprovados pelo*  
239 *órgão ambiental competente, devendo ser cumpridos os requisitos tanto do licenciamento ambiental*  
240 *prévio quanto do de instalação.*  
241

242 Após discussão, os membros da CTL entendem pela inclusão de um parágrafo no Art. 17 da Resolução  
243 CONSEMA nº 250/2024 com o entendimento sobre a LAP com dispensa de LAI.  
244

245 **Inclusão do parágrafo 8º, Art. 17 da Resolução CONSEMA nº 250/2024:**

246  
247 §8º Considera-se LAP com dispensa de LAI para fins de aplicação do inciso II deste artigo a emissão  
248 concomitante dessas licenças, mediante a apresentação da documentação exigida pelo órgão ambiental  
249 licenciador para ambas as fases (LAP e LAI)  
250

251 **Encaminhamento:** Após discussão, os membros da CTL entendem pela inclusão do parágrafo 8º, Art. 17 da  
252 Resolução CONSEMA nº 250/2024, para adequação da redação à legislação aplicável vigente.  
253

254 3.7. Discussão acerca da inclusão da definição de rodovias no Art. 2º da Resolução CONSEMA nº 250/2024:  
255

256 Sugestão encaminhada pelo IMA:  
257

258 Rodovia: via de circulação que integra uma malha rodoviária pavimentada e que recebe tal nomenclatura  
259 pela administração e jurisdição responsável (seja federal, estadual, municipal ou particular). Essas vias,  
260 devido à sua extensão e uso, geralmente ligam cidades ou regiões.  
261  
262

263 **Encaminhamento:** Após discussão, os membros da CTL entendem pela não inclusão da definição de  
264 rodovia. O IMA ficou responsável por apresentar uma proposta alternativa de redação consultando os  
265 setores interessados (DNIT, SIE/SC).  
266

267 **4. Discussão acerca do Processo IMA 00038548/2024 ref. ao parágrafo 4º e 5º, Art. 6º da Resolução**  
268 **CONSEMA nº 250/2024.**  
269

270 *1ª Proposta encaminhada pelo IMA:*  
271

272 *- Alterar a redação do §4º conforme a seguinte sugestão:*  
273

274 *§4º O licenciamento de empreendimentos e atividades com impactos não locais, ou de competência*  
275 *exclusiva do estado e localizados em condomínios industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de*  
276 *Lazer (código 71.70.10), cujo licenciamento tenha sido efetuado por órgão ambiental municipal, poderá*  
277 *ser efetuado pelo próprio órgão ambiental municipal, desde que previamente delegado pelo órgão*  
278 *ambiental estadual, por meio de Termo de Delegação Específico.*  
279

280 *- Alterar a redação do §5º conforme a seguinte sugestão:*  
281

282 *§5º Fica vedada a formalização de novos requerimentos de licenciamento ambiental no órgão ambiental*  
283 *licenciador, divergente das previstas nos parágrafos §3º e §4º deste Art. 6º.*  
284

285 *2ª Proposta encaminhada pelo IMA:*  
286

287 *- Incluir o §6º com a seguinte redação:*  
288

289 *§6º Fica vedado o requerimento de licenciamento ambiental de atividades cuja competência não seja*  
290 *municipal em Condomínios Industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de Lazer (código*  
291 *71.70.10) licenciados pelo órgão ambiental municipal.*  
292

293 **Discussão:** Após discussão, os membros da CTL entendem pela alteração dos parágrafos 3º e 4º do Art. 6º  
294 da Resolução CONSEMA nº 250/2024, incluindo que as atividades que não são de competência do órgão  
295 ambiental municipal ou estadual, poderão exercer a atribuição desde que seja emitido um Termo de  
296 Delegação Específica.  
297

298 **Lê-se atualmente:**  
299

300 *§3º Os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que se localizarem em*  
301 *condomínios industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de Lazer (código 71.70.10) licenciados*  
302 *pelo órgão ambiental licenciador estadual, deverão ser igualmente realizados pelo órgão ambiental*  
303 *licenciador estadual.*  
304

305 *§4º Os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que se localizarem em*  
306 *condomínios industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de Lazer (código 71.70.10) licenciados*  
307 *pelo órgão ambiental licenciador municipal, deverão ser igualmente realizados pelo órgão ambiental*  
308 *licenciador municipal.*  
309

310 **Altera-se para:**  
311

312 *§3º O licenciamento de empreendimentos e atividades*  
313  
314

315 *definidas no Anexo VI desta Resolução, localizados em condomínios industriais (código 71.21.11) ou*  
316 *Complexos Turísticos de Lazer (código 71.70.10), cujo licenciamento tenha sido efetuado por órgão*



317 ambiental municipal, poderá ser efetuado pelo próprio órgão ambiental municipal, desde que  
318 previamente delegado pelo IMA, por meio de Termo de Delegação Específico.

319  
320 §4º O licenciamento de empreendimentos e atividades definidas no Anexo I da Resolução CONSEMA nº  
321 251/2024, localizados em condomínios industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de Lazer  
322 (código 71.70.10), cujo licenciamento tenha sido efetuado por órgão ambiental estadual, poderá ser  
323 efetuado pelo próprio órgão ambiental estadual, desde que previamente delegado pela órgão ambiental  
324 municipal, por meio de Termo de Delegação Específico.

325  
326 **Encaminhamento:** Após discussão, os membros da CTL entenderam pela alteração dos parágrafos 3º e 4º  
327 do Art. 6 da Resolução CONSEMA nº 250/2024 na próxima revisão da Resolução CONSEMA nº 250/2024.

328  
329 **5. Discussão acerca do Processo IMA 00038550/2024 ref. aos incisos XV e XVI, Art. 2º da Resolução**  
330 **CONSEMA nº 250/2024.**

331  
332 *1ª Proposta encaminhada pelo IMA:*

333  
334 - Revogar o Inciso XV.

335  
336 - Alterar o Inciso XVI da seguinte forma:

337  
338 *XVI - Barragem ou reservatório artificial de usos múltiplos que decorram de barramento ou represamento*  
339 *em cursos d'água naturais: estrutura construída no leito de um curso d'água transversalmente à direção*  
340 *de escoamento de suas águas, alterando as suas condições de escoamento natural, objetivando a*  
341 *formação de um reservatório à montante, podendo ter como principal finalidade a regularização das*  
342 *vazões liberadas à jusante, por meio de estruturas controladoras de vazão. A barragem ou reservatório*  
343 *artificial de uso múltiplo pode atender diversas finalidades, tais como abastecimento de água para cidades*  
344 *ou indústrias, aproveitamento hidroelétrico, irrigação, abastecimento de sistemas de produção*  
345 *agropecuários ou aquícolas, controle de enchentes, regularização de curso de água entre outras.*

346  
347 - Alterar os parâmetros da atividade 33.13.03 de forma que os pequenos produtores rurais não sejam  
348 prejudicados com os altos custos do processo de licenciamento ambiental.

349  
350 *33.13.03 - Barragem ou reservatório artificial de usos múltiplos que decorram de barramento ou*  
351 *represamento em cursos d'água naturais.*

352 *Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G*

353 *Porte Mínimo: AIN ≤ 1 - Será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA*

354 *Porte Pequeno: 1 < AIN ≤ 20 (RAP)*

355 *Porte Médio: 20 < AIN < 100 (EAS)*

356 *Porte Grande: AIN ≥ 100 (EIA)*

357  
358 *O valor de 1 hectare de área inundada é decorrente da dispensa de APP para o entorno dos reservatórios*  
359 *d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais previsto no § 4º,*  
360 *Art. 4º da Lei Federal 12.651/2012.*

361  
362 *2ª Proposta encaminhada pelo IMA:*

363  
364 - Alterar o Inciso XV da seguinte forma:

365  
366 *XV - Barragem de elevação de nível ou estrutura hidráulica de elevação de nível sem regularização de*  
367 *vazões: Estrutura hidráulica instalada transversalmente a um curso d'água, objetivando a elevação do*  
368 *nível de água a uma cota pré-determinada, tendo como principal finalidade a garantia de níveis mínimos*  
369 *de água para as estruturas de captação e derivação de águas instaladas à montante, considerando as*  
370 *intervenções em APP previstas em legislação vigente."*

371	- Alterar o Inciso XVI da seguinte forma:
372	
373	<i>XVI - Barragem ou reservatório artificial com regularização de vazões que decorram de barramento ou</i>
374	<i>represamento em cursos d'água naturais: estrutura construída no leito de um curso d'água</i>
375	<i>transversalmente à direção de escoamento de suas águas, alterando as suas condições de escoamento</i>
376	<i>natural, objetivando a formação de um reservatório à montante, tendo como principal finalidade a</i>
377	<i>regularização das vazões liberadas à jusante, por meio de estruturas controladoras de vazão, excluídas as</i>
378	<i>barragens ou estruturas de elevação de nível para captação ou derivação de água. A barragem ou</i>
379	<i>reservatório artificial com regularização de vazões pode atender diversas finalidades, considerando as</i>
380	<i>intervenções em APP previstas em legislação vigente.;</i>
381	
382	- Alteração da atividade 33.13.03
383	33.13.03 - Barragem ou reservatório artificial com regularização de vazões que decorra de barramento ou
384	represamento em cursos d'água naturais, excetuando-se aqueles para fins de geração de energia elétrica.
385	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G
386	Porte Pequeno: AIN ≤ 20 (RAP)
387	Porte Médio: 20 < AIN < 100 (EAS)
388	Porte Grande: AIN ≥ 100 (EIA)
389	- Inclusão da atividade para barramentos sem regularização de vazões (à fio-d'água)
390	
391	33.13.04 - Barragem ou reservatório artificial de elevação de nível, sem regularização de vazões, que
392	decorram de barramento ou represamento em cursos d'água naturais, excetuando-se aqueles para fins de
393	geração de energia elétrica..
394	
395	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G
396	Porte Pequeno: 1 < AIN ≤ 20 (RAP)
397	Porte Médio: 20 < AIN < 100 (EAS)
398	Porte Grande: AIN ≥ 100 (EIA)
399	
400	<b>Discussão:</b> Considerando as discussões e definições aprovadas conforme ATA CTL 11.07.2023, a CTL
401	entende pela manutenção do texto. Entretanto sugere ao IMA enviar proposta para inclusão na Revisão da
402	Resolução Consema nº 128/2019.
403	
404	O item 5 também foi previamente discutido na reunião (Item 3.4 da presente ata)
405	
406	<b>6. Discussão acerca do Processo IMA 00038554/2024 ref. ao parágrafo único, Art. 15 da Resolução</b>
407	<b>CONSEMA nº 250/2024.</b>
408	
409	Sugestão encaminhada pelo IMA:
410	
411	Exclusão do parágrafo único do Art. 15.
412	
413	Parágrafo único. Para emissão da DANC deverão ser analisadas todas as atividades desenvolvidas pelo
414	empreendimento, visando atestar que as mesmas não integram a Listagem de Atividades Sujeitas ao
415	Licenciamento Ambiental, não eximindo o empreendimento ou atividade de atender às demais
416	disposições das legislações ambiental e florestal vigentes.
417	
418	
419	
420	
421	Altera-se para:
422	
423	Parágrafo único. Para emissão da DANC o empreendedor deverá atestar ao órgão ambiental que as
424	atividades desenvolvidas pelo empreendimento não integram a Listagem de Atividades Sujeitas ao



425 Licenciamento Ambiental, observando as obrigações contidas nas legislações ambientais e florestais  
426 vigentes.  
427  
428 Encaminhamento: Após análise, os membros da CTL entendem pela alteração do parágrafo único do Art.  
429 15 da Resolução CONSEMA nº 250/2024 na próxima revisão da Resolução CONSEMA nº 250/2024.  
430  
431 **7. Elaboração de minuta de Revisão da Resolução CONSEMA nº 250/2024 e Resolução CONSEMA nº**  
432 **251/2024:**  
433  
434 Encaminhamento: Análise da minuta elaborada para encaminhamento à Plenária e CTAJ.  
435  
436 **8. Assuntos diversos.**  
437  
438 A representante da FACISC faz o convite para que os membros da CTL participem do Workshop de  
439 Licenciamento Ambiental da ACIJ no dia 26/03/2025.  
440  
441 A representante da FACISC colocou à disposição o seu cargo de 2ª Secretária da Coordenação da Câmara  
442 Técnica de Licenciamento Ambiental.  
443  
444 A próxima reunião será realizada no dia 03 de abril de 2025.  
445  
446 A presente ata foi aprovada por unanimidade pelos membros da CTL.  
447  
448 **III - ENCERRAMENTO:**  
449 Após leitura e aprovação desta ata, esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente Schirlene  
450 Chegatti agradeceu a presença de todos e declarou por encerrada a reunião. A correspondente ata foi  
451 relatada por Mayara Pereira Silva.  
452  
453  
454  
455  
456

Schirlene Chegatti  
Presidente da CTL  
06 de março de 2025.